

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2024

PROCESSO Nº 526/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 27/11/2024 à 27/11/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Rua Venâncio Aires, Nº 2277, Bairro Centro, Cep 97010-005, 2º andar do Centro Administrativo Municipal, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 88.488.366/0001-00, neste ato representado pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 6 de 24 de janeiro de 2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 92/2024, publicada no Portal Nacional de Compra Públicas, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, segurança e medicina do trabalho, para realização de levantamentos técnicos dos agentes nocivos; elaboração, cumprimento e implantação de programas (PCMSO, PGR, LTCAT, Laudo Ergonômico, etc) e outros; assessoria técnica no preenchimento do formulário PPP; realização de avaliações de saúde ocupacional (ASO) e exames constantes nos programas, sob demanda; inspeção técnica no município de Santa Maria RS**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Unid	Qtidade	Descrição/Empresa	Marca	Valor
1	Serv.	4.199	ELABORAR E IMPLANTAR O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS		
			RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 20,81	
2	Serv.	4.199	ELABORAR E IMPLANTAR O PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL		
			RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 30,40	
3	Serv.	4.199	ELABORAR E IMPLANTAR O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DOS AMBIENTES DE TRABALHO, DE ACORDO COM O DEC. Nº 3048/99 E SUAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS		
			RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 20,00	
4	Serv.	4.199	ELABORAR E IMPLANTAR O LAUDO ERGONÔMICO DO TRABALHO		
			RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 20,00	
5	Serv.	4.199	ELABORAR O PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO		
			RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 1,13	
6	Serv.	4.199	ELABORAR E IMPLANTAR LAUDO DE AVALIAÇÃO DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE		
			RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 20,00	

Pregão Eletrônico nº 92/2024

Parecer Jurídico nº 1008/PGM/2024 – Ticket nº 238067

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: pregao@santamaria.rs.gov.br

www.santamaria.rs.gov.br



7	Unid.	8.111	ADMISSÃO, PERIÓDICO, DEMISSÃO, RETORNO AO TRABALHO, TROCA DE FUNÇÃO E OUTROS	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 25,00
8	Unid.	1.016	CONSULTA EM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES AFASTADOS EM PERÍCIA MÉDICA	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 50,00
9	Unid.	300	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – MÉDICO PSQUIATRA	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 250,18
10	Unid.	603	EXAME AUDIOMETRIA	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 35,00
11	Unid.	198	EXAME ELETROCARDIOGRAMA	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 40,00
12	Unid.	115	EXAME ESPIROMETRIA	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 35,03
13	Unid.	196	EXAME LABORATORIAL ANTÍGENO DE HEPATITE B	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 27,78
14	Unid.	601	EXAME LABORATORIAL ANTICORPOS PARA HEPATITE B	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 29,00
15	Unid.	601	EXAME LABORATORIAL INFECÇÃO POR VÍRUS DA HEPATITE C	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 29,00
16	Unid.	718	EXAME LABORATORIAL HEMOGRAMA COMPLETO	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 10,00
17	Unid.	198	EXAME LABORATORIAL GLICEMIA	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 6,61
18	Unid.	24	EXAME LABORATORIAL HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 20,00
19	Unid.	98	EXAME LABORATORIAL SOROLÓGICO PARA SÍFILIS	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 10,00
20	Unid.	32	EXAME LABORATORIAL PARASITOLÓGICO	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 9,00
21	Unid.	328	EXAME DE IMAGEM – AVALIAÇÃO DE GORDURA VISCERAL	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 80,05
22	Unid.	110	EXAME DE IMAGEM - RAIOS X DO TÓRAX	
			RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 40,00

§1.º A empresa acima classificada fica qualificada da seguinte forma:

RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ nº 38.928.121/0001-70 , com sede na Rua Caetano Munhoz Da Rocha, nº 1065, Sala 04, Bairro Menino Deus, na cidade de Pato Branco/PR, CEP: 85.502-190, telefone: (45) 99114-7311 ou (46) 9133-3045, e-mail rcengenhariaepericias@gmail.com ;

§2.º As quantidades estimativas serão adquiridas apenas pelo Órgão Gerenciador.

§3.º Não há órgãos ou entidades participantes.

§4.º Após assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

CLAUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§1.º Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§2.º A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

§3.º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§4.º O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§5.º As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

§6.º O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

§7.º A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

§8.º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLAUSULA QUARTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

§1.º A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

I - O contrato ou instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

II - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Pregão Eletrônico nº 92/2024

Parecer Jurídico nº 1008/PGM/2024 – Ticket nº 238067

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: pregao@santamaria.rs.gov.br

www.santamaria.rs.gov.br

§2.º A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I - O instrumento contratual de que trata o parágrafo anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§3.º Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§4.º Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

II - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

III - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

§5.º O registro a que se refere o inciso II tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§6.º Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

§7.º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o parágrafo quarto, inciso II, alínea "b", somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

II - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula sétima.

§8.º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§9.º Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

§10.º A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site do Município.

§11.º Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no parágrafo sétimo, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

§12.º Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o parágrafo quarto, inciso II, alínea "a", aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e firmar o contrato ou instrumento equivalente nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Pregão Eletrônico nº 92/2024

Parecer Jurídico nº 1008/PGM/2024 – Ticket nº 238067

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: pregao@santamaria.rs.gov.br

www.santamaria.rs.gov.br

§13.º A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLAUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

§1.º Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLAUSULA SEXTA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

§1.º Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

III - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

IV - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos ou instrumento equivalente decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§2.º Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

I - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

III - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

§1.º O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - Não aceitar manter seu preço registrado, ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§2.º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo primeiro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§3.º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

§4.º O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

§1.º **O serviço deverá ser realizado nas dependências da Prefeitura Municipal de Santa Maria, em todos os órgãos do governo onde houver colaboradores estatutários e celetistas vinculados ao município na zona urbana e distritos da zona rural, e demais locais conforme Termo de Referência.**

§2.º A CONTRATADA deve efetuar as visitas técnicas aos locais de trabalho, sejam eles internos ou externos, como secretarias, órgãos, departamentos, locais de terceiros ou qualquer outro local em que os servidores desempenhem suas funções, de modo a verificar as reais condições de trabalho.

I - Os membros da equipe deverão comparecer devidamente identificados, adequadamente vestidos e com os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) necessários, fornecidos pela CONTRATADA, conforme as particularidades de cada unidade.

§3.º Fazer a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados de modo compatível com as finalidades previstas, conservando os dados pessoais somente durante o período do contrato, não devendo utilizar para outros fins.

§4.º A CONTRATADA deve dispor de todos os instrumentos necessários às avaliações ambientais, devidamente calibrados quando da medição de campo, por laboratórios pertencentes à rede brasileira de calibração juntamente com o certificado de calibração rastreáveis e com data de validade. As avaliações devem ser realizadas com base nas metodologias nacionais ou internacionais vigentes, e aceitas pelos órgãos fiscalizadores para os agentes de risco a serem analisados.

§5.º Utilizar os dispositivos legais vigentes, sobre saúde e segurança do trabalho, para o desenvolvimento dos programas e documentos.

§6.º Disponibilizar à CONTRATANTE documentos em formato que permita a validação das informações a serem encaminhadas ao eSocial, em tempo hábil para conferência.

Pregão Eletrônico nº 92/2024

Parecer Jurídico nº 1008/PGM/2024 – Ticket nº 238067

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: pregao@santamaria.rs.gov.br

www.santamaria.rs.gov.br

§7.º Assumir a responsabilidade subsidiária ou solidária em caso de débitos tributários e/ou previdenciários decorrentes da execução desse termo, e por todas e quaisquer informações necessárias ou solicitadas por autoridades constituídas referentes aos serviços e atendimentos prestados à CONTRATANTE pela CONTRATADA, no período de vigência do contrato.

§8.º Realizar as consultas clínicas ocupacionais com o subsídio prévio do PCMSO, relacionando por cargo, setor e função os desvios de saúde que devem merecer atenção, bem como os exames periódicos, em local próprio ou disponibilizado pela CONTRATANTE, preenchendo o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO em três vias que serão assinadas pelo servidor. A 1ª via será entregue à Contratante, a 2ª via ao servidor e a 3ª via será arquivada junto ao prontuário médico.

II - A 3ª via deverá ser entregue ao CAISS em no máximo 10 (dez) dias da data de emissão para lançamento das informações na plataforma do e-social.

§9.º Iniciar o tratamento de doenças diagnosticadas, encaminhando o servidor aos credenciados e/ou conveniados ao SUS (Sistema Único de Saúde).

§10.º Emitir em receituário ou formulário específico, orientações ao Contratante (restrições à atividade laboral), situações técnica ou legalmente incorretas a corrigir, riscos ambientais a neutralizar, etc.

§11.º Atestar a aptidão física e mental para a função pretendida pelo servidor, através de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, para cada um dos exames previstos no PCMSO.

§12.º Os exames e sua periodicidade são definidos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) a cargo do médico do Trabalho Coordenador, de acordo com o cargo, local de trabalho e exposição aos riscos em que os servidores estão inseridos, conforme a Norma Regulamentadora Nº 7 (NR 07) do Ministério do Trabalho e Previdência.

§13.º Registrar os dados de avaliação clínica e complementar, conclusões e medidas aplicadas, em prontuário clínico individual, que ficará sob responsabilidade do médico coordenador do PCMSO.

§14.º A CONTRATADA terá 180 (cento e oitenta) dias corridos para entregar o PGR e PCMSO, a partir da ordem de serviço.

§15.º A CONTRATADA terá 180 (cento e oitenta) dias corridos para entregar o LTCAT, a partir da ordem de serviço.

§16.º A CONTRATADA terá 180 (cento e oitenta) dias corridos para entregar os Laudos de Insalubridade e/ou Periculosidade, e o Laudo Ergonômico do Trabalho, a partir da ordem de serviço.

§17.º O objeto dessa licitação deverá iniciar imediatamente após a ordem de serviço

§18.º Correrá por conta da Contratada qualquer prejuízo causado em decorrência do da execução do objeto.

§19.º As despesas decorrentes de seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente, à Contratada.

§20.º Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as especificações do Edital, do Termo de Referência e seus anexos. Sendo constatada qualquer irregularidade, o prestador deverá concluir os serviços dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Município para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

§21.º A não substituição dos serviços em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa conforme prevê a cláusula décima desta ata.

§22.º Caso os serviços não sejam substituídos ou não sejam refeitos no prazo estabelecido no subitem anterior, ou caso os novos serviços também sejam rejeitados, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções legais previstas.

§23.º Os custos para que sejam substituídos os serviços rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

§24.º O recebimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

§1.º O pagamento será efetuado em:

15 (quinze) dias consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo responsável da Secretaria requisitante e entregue em até 05 dias para a Secretaria de Município de Finanças. (PARA RECURSOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO e RECURSO FEDERAL).

30 (trinta) dias consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo responsável da Secretaria requisitante e entregue em até 10 dias para a Secretaria de Município de Finanças. (PARA RECURSO LIVRE).

§2.º Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do empenho.

§3.º O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

a) Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

§4.º Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de Santa Maria, CNPJ n.º 88.488.366/0001-00.

§5.º O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

§6.º Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

§7.º O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Termo de Referência.

§8.º Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, ao valor devido serão acrescentados juros calculados *pro rata die*, de acordo com a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§1.º O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus Anexos.

I - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

§2.º O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no parágrafo primeiro da cláusula sétima, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

§1.º As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Firmam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, em 27 de novembro de 2024.

JANE ARLENE MUNHOZ WALTER
Pregoeira

RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA,
CNPJ nº 38.928.121/0001-70